Temos um acordo ou um desacordo ortográfico?

02-Mar-2012

Artigo publicado em 2/03/2012 no jornal O TEMPO - MG

JOSÉ MARIA THEODORO - Mestre em linguística e língua portuguesa

O ano de 2012 é o último de transição para as novas regras ortográficas, seguindo o acordo estabelecido pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que passou a valer a partir de janeiro de 2009 no Brasil. Depois de muito debate sobre a necessidade da reforma, a preocupação maior é em torno da nova ortografia, se houve adaptação e, se não houve, como fazer para que as mudanças sejam assimiladas.

Em Portugal, o período de adaptação é até 2015 e há discordância quanto à aceitação do acordo. A Provedoria de Justiça está analisando um pedido de revisão da constitucionalidade. Dentre outros argumentos contrários, há o que defende o dinamismo da língua: sem acordos, cada país é livre para que aconteça a evolução natural, conforme os diferentes contextos geográficos e socioculturais.

Algumas modificações foram feitas com a justificativa de reforçar o papel da língua portuguesa como idioma de comunicação internacional e promover a união e a proximidade dos países que têm o português como língua oficial: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal. Justificativas meio toscas. "Os putos continuam na bicha" e a gente não entende nada. Nem lá nem cá. Vamos acoitar o dialeto para ver no que dá.

O MEC investiu em 2009 na compra de 204 mil exemplares do "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" para as escolas públicas. Fato ou "facto", não importa, o hífen continua dando muito trabalho!